

SOBRE TRANSMONTANOS E MINHOTOS

*Mario Osorio Magalhães**

O mineiro Guilhermino Cesar publicou em 1970 uma história do Rio Grande do Sul que considero a síntese mais completa sobre a nossa formação, no período colonial.

Vejamos esquematicamente como ele, na introdução do livro, classifica a presença do grupo branco europeu na formação do homem rio-grandense, ou melhor, do homem da Campanha rio-grandense, nesse período anterior às imigrações alemã e italiana: primeiro, foram portugueses recém-chegados que palmilharam o litoral; depois, os bandeirantes, no encalço dos índios aldeados, que ainda são portugueses ou filhos de portugueses; a seguir, lagunenses, transformando-se em estancieiros; mais adiante, tropeiros, provenientes de diversos pontos da América portuguesa, dirigidos e orientados por interesses políticos e econômicos de Portugal (aqui adverte que no rastro “desses chefes audazes vêm magotes de gente da mais variada procedência: mamelucos de Piratininga, índios, negros, pardos, espanhóis e seus descendentes platinos”); e finalmente, “com o fluxo colonizador regular, orientado pelo Conselho Ultramarino”, gente provinda das ilhas atlânticas, sobretudo dos Açores, que considera “o cadinho no qual o branco principia a fundir a organização civil e religiosa da sociedade em germe”.

Pela ordem, portanto, a colonização teria se verificado através dos portugueses, dos bandeirantes, dos lagunenses, dos tropeiros e dos açorianos, salientando que estes últimos integram o Rio Grande “definitivamente na matriz lusa”, sem deixar, no entanto, de sofrer a influência do meio, assimilando costumes do indígena e do espanhol platino e transformando-se de agricultores em campeadores, quando aprendem “a manejar o laço, as boleadeiras e a adaga” e habitam-se “a tomar o mate e a comer carne assada no espeto, sobre brasas”.

É uma classificação de singular utilidade, sobretudo se relevarmos a sua condição de síntese. Porque tem essa condição é que não indica, por exemplo, de que outros grupos europeus saíram os bandeirantes, os lagunenses e os tropeiros. Os bandeirantes, por exemplo, desceram até a chamada Província do Tape, no centro do atual Rio Grande do Sul, durante a União Ibérica (1580-1640), quando acorreram ao Brasil não só espanhóis (que, como se sabe, estabeleceram-se de modo expressivo em São Paulo, deixando larga descendência) como napolitanos, milaneses e neerlandeses, provenientes de regiões submetidas aos reis da Espanha. Mas isso é detalhe, sem decisiva relevância para a composição de uma síntese.

O que me parece uma grave lacuna, não só de Guilhermino Cesar mas da historiografia rio-grandense em geral, é a omissão de uma presença que, em obediência à ordem acima mencionada, te-riamos de colocar em terceiro lugar, entre os bandeirantes e os lagunenses. Refiro-me aos portugueses que emigraram de Trás-os-Montes e do Minho e foram aportar na Colônia do

* Professor do Departamento de História e Antropologia/ICH-UFPel. Mestre em História.

Sacramento, numa ocasião em que a atual cidade de Colônia, no Uruguai, era uma fortificação portuguesa. Sessenta casais, “que representavam 305 pessoas, entre grandes e pequenos”, conforme Rego Monteiro (p. 175), lá chegaram em 20 de janeiro de 1718, ocupando quatro embarcações.

A partir de 1737, com a fundação do forte de Jesus, Maria, José, muitos se estabeleceram na futura Vila do Rio Grande, fundada em 1742.

Em 1762, a Colônia do Sacramento foi ocupada pelos espanhóis pela terceira vez. Descendentes daqueles colonos foram obrigados a se evadir daquela fortaleza, estabelecendo-se ou na região de Maldonado ou na região que hoje compõe a metade sul do Rio Grande. Poucos meses depois, mas já no ano de 1763, juntaram-se a eles outros descendentes de transmontanos e minhotos e, também, casais açorianos e seus descendentes, egressos da vizinha Vila do Rio Grande, igualmente invadida agora pelo inimigo espanhol.

Menciona a historiografia (Guilhermino Cesar inclusive) aquelas circunstâncias, relacionadas à presença daqueles lusitanos egressos do continente, quando trata da Colônia do Sacramento. Mas não as menciona quando trata da invasão espanhola de 1763 (aí só se refere à expansão dos açorianos pelo território) nem quando trata da composição étnica do homem rio-grandense. E, não obstante, se sabe: estando sempre atento aos fatos, deve o historiador fazer a possível conexão entre eles. É esta, justamente, a sua tarefa mais importante, porque é a mais criativa.

Na verdade, complementando o argumento de Guilhermino Cesar, transcrito lá pelo início deste artigo, pode-se dizer que foram os açorianos e seus descendentes e mais os descendentes de transmontanos e minhotos que integraram o Rio Grande definitivamente na matriz lusa, depois que se habituaram a tomar mate e a comer churrasco...

* * *

Disse que a omissão à presença de transmontanos e minhotos é uma lacuna da historiografia rio-grandense “em geral”, querendo dizer “genericamente”: não sou eu quem os incluí pela primeira vez na formação étnica dos rio-grandenses. Carlos Rheingantz, num ensaio de genealogia publicado nos *Anais Comemorativos do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*, em 1979, já diz o seguinte:

“No ano de 1718 sessenta casais alinhados por Antônio Rodrigues Carneiro em Trás-os-Montes e no Minho vieram para a América povoar a Colônia do Sacramento. Em 1737, ao ser fundada a Vila do Rio Grande, alguns casais abandonaram aquela praça para se instalar na vila recém-fundada. Mais tarde, em 1763, quando da invasão espanhola, fugiram muitos colonistas para o Rio Grande (vila), dali passando para Estreito e Mostardas e para Porto Alegre (dali para Viamão, Rio Pardo etc.). Finalmente, em 1777, com a tomada definitiva da Colônia do Sacramento pelos espanhóis, o restante da população foi feito prisioneira ou fugiu. Tratamos somente das famílias que vieram radicar-se em Rio Grande, dali partindo para fundar Pelotas, Piratini, Canguçu, Jaguarão e Bagé.”

A questão é que os historiadores acostumaram-se a encarar os estudos genealógicos com certo desdém. Às vezes, cobertos de razão, porque alguns seus dos aficionados dedicam-se a esta área com a finalidade primordial de encontrar, na estrutura biológica dos seres humanos, sangue azul (buscando, sempre se encontra, mas azul venoso é com freqüência uma cor de origem duvidosa, além de se revelar altamente prejudicial à saúde). O estudo de Rheingantz, não obstante, é de real importância: sendo uma relação de nomes, com datas de nascimento e óbito, como todos os trabalhos do gênero, a leitura das suas entrelinhas deixa no entanto implícito o papel que desempenharam aqueles portugueses –tanto do continente como das ilhas– na formação da metade sul do Estado.

Com referência a Pelotas, especificamente, há uma outra fonte, um documento primário pouco conhecido –porque divulgado numa revista especializada, no ano de 1948– que é uma prova concreta, aqui, naqueles primórdios, dessa presença lusitana. Trata-se do ofício assinado no dia 26 de maio de 1781 pelo vice-rei dom Luís de Vasconcellos, em que fica aprovada “a compensação da parte que se ocupou no Rincão das Pelotas [...] com 64 famílias portuguesas, restituídas dos domínios da Espanha”.

Sessenta e quatro famílias, naquela época, em que José Pinto Martins recém estabelecera a primeira charqueada, em que nem sinal havia de um núcleo urbano, não é pouca gente...

Mas, enfim, analisando com a devida atenção os registros genealógicos de Carlos Rheingantz sobre o povoamento da região sul do Estado, confrontando-os com as informações de João Simões Lopes Neto sobre as nossas charqueadas, conclui-se que eram de origem açoriana, madeirense, transmontana e minhota, sobretudo, os primeiros colonizadores de Pelotas e os primeiros proprietários das charqueadas pelotenses, responsáveis pelo surgimento de uma civilização singular neste extremo sul brasileiro. Amparados, economicamente, na força de trabalho do escravo negro, foram responsáveis, quase que exclusivos, pelo advento de uma civilização que cultivou, com particular predileção, não exatamente o hábito de tomar mate e de comer churrasco, porém requintados padrões de sociabilidade e cultura, no interior de uma cidade de porte médio das mais prósperas do Brasil durante todo o século XIX.

Bibliografia:

- CABRAL, Sebastião Xavier. “Inventário de todos os bens oficiais etc.” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XI. Rio de Janeiro: s. ed., 1948.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- LOPES NETO, J. Simões. *História de Pelotas*. Edição organizada por Mario Osorio Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1994.
- MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

Sobre Transmontanos e Minhotos

RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A Contribuição da Colônia do Sacramento..." In *Anais Comemorativos do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*, 2º vol. Rio de Janeiro: s. ed., 1979.

